



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 20/2025
Processo Administrativo: 50/2025

A **Prefeitura Municipal de Parintins** com sede na Rua Jonathas Pedrosa, 190, Centro na cidade de Parintins, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.329.736/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **Mateus Ferreira Assayag**, comunica aos interessados a abertura do presente edital de **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA D' ÁGUA E CISTERNA, REDE DE ESGOTOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ETA E ETE, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS**, com fulcro no artigo 78, inciso I e artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização por meio do endereço eletrônico <https://parintins.am.gov.br>.

1. DO OBJETO:

O objeto é **credenciamento de pessoas jurídicas** para Contratação de empresa para prestação de serviços limpeza de fossas sépticas, caixa d'água e cisterna, rede de esgotos, estações de tratamento da eta e etc, em atendimento a Prefeitura Municipal de Parintins e Secretarias Municipais..

1.1. Os limites de quantitativos são relativos, de acordo com necessidade do setor/secretaria interessada, não havendo garantia de execuções individuais mínimas.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão entregar os documentos indicados no item 3 desse edital, em **envelope com os dados da empresa** na rua Jonathas Pedrosa, 190, Centro na cidade de Parintins, com início no dia 26/06/2025, durante o horário de expediente no horário das 08 às 12h.

2.1. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência.

2.2. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado, como critério objetivo de distribuição da demanda, o sorteio.

2.3. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros, sem expressa autorização da Administração, hipótese de subcontratação parcial.

2.4. Caberá denúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.



2.5. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

- a)** Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- b)** Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- c)** Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei 14.133/2021;
- d)** Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI ou XII, da Lei 14.133/2021;
- e)** Tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

2.6. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio do ANEXO I do Termo de referência, devida-mente preenchidos, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

2.7. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

3.1. Os documentos para habilitação encontram-se elencado no Item 9.11 e seguintes do Termo de Referência/Projeto Básico.

Outros documentos

- a)** declaração, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República. Modelo em anexo ao Termo de Referência
- b)** declaração que a empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública (Modelo em anexo ao Termo de Referência);
- c)** Cópia do alvará de funcionamento expedido pelo Município da sede da empresa;
- d)** requerimento de credenciamento, contendo relação dos serviços que se propõe a realizar, descrição detalhada dos recursos físicos, materiais e humanos, a serem disponibilizados para a



execução dos serviços credenciados, inclusive os equipamentos necessários à realização desses, declarando que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento (Modelo em anexo ao Termo de Referência).

3.2. Os documentos poderão, inicialmente, ser apresentados em original ou por cópia simples. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

3.3. As declarações podem ser unificadas (modelo anexo ao Termo de Referência)

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

4.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente edital de chamamento público deverão ser dirigidos ao Setor de Licitações e protocolizados durante o horário de expediente da Administração, ou enviados através do endereço eletrônico, licitacao@parintins.am.gov.br, licitapin2021@hotmail.com, até **3 dias antes do início do credenciamento**.

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão prestados na sede do credenciado com pessoal e material próprios, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

5.2. Para a realização do serviço, o credenciado deverá receber do beneficiário, a autorização emitida pela Secretaria Municipal de Obras, devidamente assinada.

5.3. É vedado:

a) o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do Município credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que



deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

5.5. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

5.6. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

6. DOS CREDENCIADOS REQUISITOS:

6.1. Constam no Termo de referência Item 5

7. DOS RECURSOS:

O resultado do deferimento ou indeferimento do credenciamento será publicado pelo Município durante e/ou após a vigência deste Edital, à medida que a análise de que trata essa cláusula for concluída, no endereço eletrônico <https://transparencia.parintins.am.gov.br/> .

Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação enviada, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da divulgação, observadas as seguintes determinações:

7.1.1. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

7.1.2. A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

7.1.3. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderá interpor recurso.

7.1.4. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

7.1.5. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio do endereço eletrônico <https://transparencia.parintins.am.gov.br/>

8. DA FORMALIZAÇÃO:

8.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo IV, contendo as cláusulas e condições previstas neste edital, bem como aquelas previstas no art. 92 da Lei



Federal nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes.

8.2. O termo de credenciamento, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas de saúde regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao CREDENCIANTE suspender temporariamente a prestação de serviços prevista no termo de credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento somente será efetuado mediante comprovação da prestação dos serviços foram realizados de acordo com as exigências do Edital, visadas pelos fiscais do contrato e Secretário responsável, acompanhadas do documentos fiscais idôneo emitido pelo credenciado.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária do exercício vigente.

11. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

11.1. O Município realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio da fiscal da secretaria demandante, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

11.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Ver item 11 do Termo de Referência

13. DO DESCREDENCIAMENTO:

Ver Item 3.15 do Termo de Referência

14. DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

14.1. As partes reconhecem que no exercício das atividades contratadas poderão ter acesso, voluntária ou involuntariamente, a informações exclusivas e confidenciais uma da outra, de seus



clientes/usuários e/ou de terceiros, tais como dados pessoais ou sensíveis, assim considerados nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

14.2. Em razão disso, as partes comprometem-se a manter, no desempenho das atividades contratadas, o mais absoluto sigilo sobre tais dados, abstendo-se de copiar, reproduzir, fotografar, filmar, vender, ceder, licenciar, comercializar, transferir ou de outra forma divulgar ou dispor de tais dados a terceiros, tampouco de utilizá-los para quaisquer outros fins que não sejam aqueles atinentes ao objeto do contrato. Em outras palavras, os referidos dados podem ser utilizados apenas para as finalidades do objeto do contrato e desde que preservado o sigilo sobre eles.

14.3. Dessa forma, as partes assumem o dever de zelar para que o uso dos dados ocorra em absoluta observância à legislação vigente, em especial à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), com respeito ao sigilo, bem como com a identificação e notificação de eventuais vazamentos ocorridos;

14.4. A violação de tais obrigações poderá ocasionar a responsabilização da parte infratora pelas consequências da quebra de sigilo e/ou vazamento de dados, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), sem o prejuízo de outras penalidades previstas na legislação;

14.5. O dever de manter em sigilo os dados a que teve acesso se estende por prazo indeterminado mesmo após a extinção do contrato, independentemente do motivo da extinção;

14.6. É assegurado o direito de regresso caso uma das partes seja demandada por ato ou omissão de responsabilidade da outra.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico <https://transparencia.parintins.am.gov.br/>, sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados.

15.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

15.3. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.

15.4. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

15.5. Os casos omissos serão dirimidos pelas Secretarias Municipais de Administração – SEMAD



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAP
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

15.6. Demais informações serão prestadas aos interessados no horário da 8 h às 16 h, na Prefeitura Municipal de Parintins na rua Jonathas Pedrosa, 190, Centro na cidade de Parintins- SETOR DE LICITAÇÕES

15.7. A partir da publicação deste Edital, tornam-se sem efeito as habilitações dos prestado- res credenciados nos editais anteriores, podendo os prestadores caso queiram se credenciar, cumprir as cláusulas do presente Edital.

15.8. Fica eleito o Foro da comarca de Lajeado para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

Parintins-AM, 13 de junho de 2025.

XXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de **SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA, REDE DE ESGOTOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DA ETA E ETE**, em atendimento à Prefeitura de Parintins e Secretarias Municipais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente termo de referência tem como base legal os arts. 78, inciso I, combinados com o artigo 79, incisos I, da Lei Federal 14.133/2021.

2.2. A contratação derivada deste credenciamento será fundamentada no inciso IV, do artigo 74 da Lei 14.133/21.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Especificações do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E TRATAMENTO DE AGUA (ETA): Manutenção Preventiva	M ³	1.365	160,00
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E TRATAMENTO DE AGUA (ETA): Manutenção Corretiva	M ³	735	190,00
3	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA URBANA: Manutenção Preventiva	M ³	1.040	160,00
4	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA URBANA: Manutenção Corretiva	M ³	560	230,00
5	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA RURAL: Manutenção Preventiva	M ³	870	100,00
6	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA RURAL: Manutenção Corretiva	M ³	330	202,00
7	LIMPEZA DE SUMIDORO: Manutenção Preventiva	M ³	975	95,00
8	LIMPEZA DE SUMIDORO: Manutenção Corretiva	M ³	525	128,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAP
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

9	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA: Manutenção Preventiva	M ³	683	80,00
10	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA: Manutenção Corretiva	M ³	368	130,00
11	DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO COMO CANOS, RALOS, E GALERIAS: Manutenção Preventiva	M ³	1.105	130,00
12	DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO COMO CANOS, RALOS, E GALERIAS: Manutenção Corretiva	M ³	595	100,00
13	DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE GORDURA: Manutenção Preventiva	M ³	1.138	75,00
14	DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE GORDURA: Manutenção Corretiva	M ³	613	79,00
15	DESOBSTRUÇÃO DE VASO SANITÁRIO, PIA DE COZINHA: Manutenção Preventiva	M ³	975	81,00
16	DESOBSTRUÇÃO DE VASO SANITÁRIO, PIA DE COZINHA: Manutenção Corretiva	M ³	525	98,00

3.2. Descrição dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA): A ETE e a ETA são responsáveis pelo tratamento de esgoto e água, respectivamente, garantindo que esses efluentes atendam aos padrões de qualidade e possam ser devolvidos ao meio ambiente ou reutilizados de forma segura.</p> <p>Serviços Incluídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inspeções regulares nos sistemas de filtração, aeração e desinfecção. • Limpeza de filtros, tanques de decantação e sistemas de desinfecção. • Ajuste de parâmetros operacionais e verificação de bombas e compressores. <p>Manutenção Preventiva, conforme cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento da qualidade da água e do esgoto, com ajustes conforme necessário. • Inspeções nas instalações e manutenção preventiva nos equipamentos. 	M ³
2	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA):</p> <p>Manutenção Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reparos em sistemas de aeração, bombas e compressores. • Substituição de componentes danificados, como filtros e válvulas. 	M ³



	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA URBANA: A fossa séptica realiza o tratamento inicial do esgoto doméstico, separando os sólidos e líquidos. A limpeza envolve a remoção dos resíduos sólidos e lodo acumulado no fundo da fossa, utilizando equipamentos especializados. Serviços Incluídos: <ul style="list-style-type: none">• Esgotamento: Retirada dos líquidos (lodo) acumulados na fossa.• Raspagem: Remoção de resíduos sólidos do fundo da fossa.• Sucção de Resíduos: Uso de caminhão de sucção para retirar os resíduos sólidos e líquidos acumulados.• Remoção de Gordura: Caso haja acúmulo de gordura na fossa séptica, ela deve ser removida para evitar o bloqueio do sistema e melhorar a decomposição dos resíduos. Manutenção Preventiva, conforme cronograma: <ul style="list-style-type: none">• Realização de limpeza para evitar o acúmulo excessivo de resíduos e garantir o bom funcionamento da fossa.• Inspeção do sistema para verificar rachaduras ou vazamentos que possam comprometer a eficiência.	M ³
3	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA URBANA: Manutenção Corretiva: <ul style="list-style-type: none">• Desobstrução da fossa em caso de entupimentos.• Reparos em caso de danos estruturais ou falhas no processo de decomposição dos resíduos.	M ³
4	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA RURAL: A fossa séptica realiza o tratamento inicial do esgoto doméstico, separando os sólidos e líquidos. A limpeza envolve a remoção dos resíduos sólidos e lodo acumulado no fundo da fossa, utilizando equipamentos especializados. Serviços Incluídos: <ul style="list-style-type: none">• Esgotamento: Retirada dos líquidos (lodo) acumulados na fossa.• Raspagem: Remoção de resíduos sólidos do fundo da fossa.• Sucção de Resíduos: Uso de caminhão de sucção para retirar os resíduos sólidos e líquidos acumulados.• Remoção de Gordura: Caso haja acúmulo de gordura na fossa séptica, ela deve ser removida para evitar o bloqueio do sistema e melhorar a decomposição dos resíduos. Manutenção Preventiva, conforme cronograma: <ul style="list-style-type: none">• Realização de limpeza para evitar o acúmulo excessivo de resíduos e garantir o bom funcionamento da fossa.• Inspeção do sistema para verificar rachaduras ou vazamentos que possam comprometer a eficiência.	M ³
5	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA RURAL: Manutenção Corretiva: <ul style="list-style-type: none">• Desobstrução da fossa em caso de entupimentos.• Reparos em caso de danos estruturais ou falhas no processo de decomposição dos resíduos.	M ³
6	LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA / ZONA RURAL: Manutenção Corretiva: <ul style="list-style-type: none">• Desobstrução da fossa em caso de entupimentos.• Reparos em caso de danos estruturais ou falhas no processo de decomposição dos resíduos.	M ³
7	LIMPEZA DE SUMIDORO: O sumidouro é utilizado para a infiltração de águas pluviais ou efluentes tratados, no solo. A limpeza envolve a remoção de resíduos acumulados, garantindo que o sistema funcione adequadamente. Serviços Incluídos: <ul style="list-style-type: none">• Esgotamento: Retirada de líquidos ou efluentes acumulados no sumidouro.	M ³



	<ul style="list-style-type: none">• Raspagem: Remoção de resíduos sólidos ou material obstrutor nas paredes do sumidouro.• Sucção de Resíduos: Uso de caminhão de sucção para retirar o material acumulado e garantir que a infiltração no solo não seja comprometida.• Remoção de Gordura: Caso o sumidouro receba águas residuais com gordura, esta deve ser removida, pois pode obstruir a infiltração e afetar a eficácia do sistema. <p>Manutenção Preventiva, conforme cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza para evitar a obstrução do sistema e garantir o bom funcionamento da infiltração.• Inspeção do fundo do sumidouro para verificar a condição do solo e da estrutura.	
8	<p>LIMPEZA DE SUMIDORO:</p> <p>Manutenção Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none">• Desobstrução do sumidouro em caso de entupimento.• Reparos ou substituição de partes danificadas, como paredes ou fundo do sumidouro	M ³
9	<p>LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA:</p> <p>A caixa d'água e a cisterna armazenam água potável ou pluvial, respectivamente, para o consumo ou uso nas residências e estabelecimentos. A limpeza desses reservatórios é crucial para evitar a proliferação de bactérias e garantir a qualidade da água.</p> <p>Manutenção Preventiva, conforme cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza para remoção de sujeiras, algas e outros contaminantes.• Inspeção de vedação, tampas e registros para evitar vazamentos e contaminação.	M ³
10	<p>LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA:</p> <p>Manutenção Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza emergencial em caso de contaminação ou acúmulo de sujeira excessiva.• Reparo ou substituição de componentes danificados, como válvulas ou estruturas de apoio• Se houver acúmulo de gordura no fundo ou nas paredes da caixa d'água e cisterna, ela deve ser removida para evitar problemas de contaminação e mau cheiro.	M ³
11	<p>DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO COMO CANOS, RALOS, E GALERIAS:</p> <p>A desobstrução de redes de esgoto envolve a remoção de bloqueios em canos, ralos ou galerias que impedem o fluxo adequado do esgoto. Esses bloqueios podem ser causados por gordura, raízes, objetos ou outros materiais.</p> <p>Manutenção Preventiva, conforme cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza de ralos e canos de esgoto para evitar obstruções futuras.• Inspeção de galerias e tubulações para identificar possíveis riscos de entupimento.	M ³
12	<p>DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO COMO CANOS, RALOS, E GALERIAS:</p> <p>Manutenção Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none">• Desobstrução de canos e galerias utilizando equipamentos como jatos d'água de alta pressão ou cabos mecanizados.	M ³



	<ul style="list-style-type: none">• Reparos em áreas que possam estar comprometidas devido a entupimentos repetidos.• Realização de limpeza e remoção de gordura acumulada, que é uma das principais causas de entupimentos no sistema de esgoto	
13	<p>DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE GORDURA: A caixa de gordura é responsável por separar a gordura e resíduos sólidos da água que sai da cozinha. Sua desobstrução visa remover os excessos de gordura acumulados, permitindo que o sistema de esgoto funcione adequadamente.</p> <p>Manutenção Preventiva, conforme cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza da caixa de gordura para evitar entupimentos na rede de esgoto.• Inspeção do estado da caixa, verificando rachaduras ou danos.	M ³
14	<p>DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE GORDURA: Manutenção Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reparos em caso de falhas estruturais na caixa• Remoção de gordura e resíduos acumulados que possam ter causado bloqueios no sistema.	M ³
15	<p>DESOBSTRUÇÃO DE VASO SANITÁRIO, PIA DE COZINHA: A desobstrução de vaso sanitário ou pia de cozinha é necessária quando ocorre bloqueio do sistema de encanamento, devido a objetos, resíduos ou gordura acumulada que impede o fluxo normal.</p> <p>Manutenção Preventiva, conforme cronograma:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza das tubulações para prevenir acúmulo de resíduos.	M ³
16	<p>DESOBSTRUÇÃO DE VASO SANITÁRIO, PIA DE COZINHA: Manutenção Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none">• Desobstrução dos canos com o uso de ferramentas específicas, como desentupidores manuais ou bombas de vácuo.• Em casos de bloqueios graves, pode ser necessário o uso de equipamentos de desobstrução mecânica ou química• Se houver acúmulo de gordura nas tubulações, ela deve ser removida utilizando desentupidores ou produtos específicos para dissolução de gordura.	M ³

Da Distribuição da Demanda:

Para assegurar a isonomia, a transparência, a eficiência e o equilíbrio contratual, a Administração adotará critérios objetivos para a distribuição da demanda entre os credenciados, observando a natureza do objeto, as condições operacionais e o fato de que a contratação será paralela e não excludente, conforme dispõe o art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a distribuição dos serviços será realizada mediante sistema de rodízio entre os fornecedores credenciados, respeitada a ordem cronológica de habilitação no processo de credenciamento. Esse critério será adotado como regra geral, com o objetivo de assegurar alternância, previsibilidade e participação equitativa entre os credenciados, promovendo justiça na alocação da demanda e evitando a concentração excessiva de fornecimentos em um único contratado.

3.3. A ordem do credenciamento poderá ser comprovada via o Requerimento de Credenciamento.



Da Quantidade

3.4. A Fundamentação do quantitativo encontra-se pormenorizada no tópico 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Vigência dos Contratos

3.5. De acordo com a A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será estabelecida no edital, observado o disposto no [art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme Decreto nº 11.878/24, que regulamenta o art 79 da Lei nº 14.133/21.](#)

Do Reajuste, Alteração ou Atualização dos Preços

3.6. Os preços inicialmente credenciados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do credenciamento, após esse período, os preços praticados no presente contrato poderão ser reajustados anualmente, contado a partir da data de apresentação da proposta, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice setorial oficial que melhor reflita os custos do objeto contratado, desde que haja prévia solicitação e comprovação por parte do credenciado.

3.7. O reajuste será processado por simples apostilamento contratual, desde que atendidas as condições previstas nesta cláusula.

3.8. Poderá ser concedida revisão dos preços contratados, para mais ou para menos, sempre que ocorrerem fatos supervenientes que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos dos artigos 124, 134 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A revisão dependerá de comprovação documental e solicitação formal do credenciado, devendo ser precedida de análise técnica e jurídica pela Administração.

Da extinção contratual

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

3.10. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

3.11. Consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

3.12. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

3.13. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

3.14. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 3.14.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 3.14.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3.14.3. Indenizações e multas.

Do descredenciamento



3.15. Conforme art. 23 do Decreto nº 11.878/24, que regulamenta o art 79 da Lei nº 14.133/21, o órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do **caput** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

Das alterações contratuais

3.16. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

4.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Plurianual da Prefeitura.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Capacidade Técnica e Qualificação Profissional

5.1. A empresa contratada deverá comprovar **experiência comprovada** na prestação de serviços de limpeza e manutenção em sistemas de saneamento básico, incluindo **fossas sépticas, caixas d'água, cisternas, redes de esgoto e estações de tratamento de água e esgoto**.

5.2. A equipe técnica da empresa deverá ser composta por profissionais devidamente **capacitados e treinados**, com formação ou experiência prática nas áreas de saneamento, hidráulica e manutenção de sistemas de tratamento de água e esgoto



5.3. **Certificações e licenças** pertinentes, como as exigidas pelos órgãos ambientais e de saúde pública, deverão ser apresentadas para garantir que a empresa e os serviços estejam em conformidade com as regulamentações vigentes.

Equipamentos e Materiais

5.4. A empresa contratada deverá dispor de **equipamentos adequados e tecnologia moderna** para a execução das atividades, como caminhões de sucção, bombas, desentupidores mecânicos, jatos d'água de alta pressão e ferramentas específicas para desobstrução de canos e galerias.

5.5. **Materiais de limpeza e manutenção**, como produtos desinfetantes, desengordurantes, filtros e componentes para reposição, devem ser de **qualidade compatível** com os exigidos pelas normas de saúde e ambientais para garantir a eficiência e segurança dos serviços prestados.

Cronograma de Execução

5.6. Os serviços deverão ser executados de acordo com um **cronograma trimestral ou semestral de manutenção preventiva**, com base nas necessidades específicas de cada unidade administrativa, escola, unidade de saúde e demais órgãos municipais.

5.7. A **manutenção corretiva**, quando necessária, deverá ser realizada em **tempo hábil** para evitar danos maiores ao sistema, com a empresa fornecendo um **prazo máximo** para resolução de problemas emergenciais.

5.8. O cronograma deverá ser flexível o suficiente para permitir a adaptação a imprevistos, sem prejudicar a continuidade dos serviços essenciais.

Atendimento Emergencial

5.9. A empresa contratada deverá garantir a **disponibilidade para atendimentos emergenciais**, como desobstrução de esgoto, reparos em sistemas danificados e limpeza de reservatórios contaminados, com **prontidão para intervenções urgentes**, caso seja necessário.

5.10. O tempo de resposta para os atendimentos emergenciais deverá ser claramente definido no contrato, com prazos estabelecidos para cada tipo de serviço de emergência.

Segurança e Conformidade Ambiental

5.11. A empresa deverá adotar **práticas que assegurem a segurança dos trabalhadores** durante a execução dos serviços, como o uso de **equipamentos de proteção individual (EPIs)** adequados e a implementação de **protocolos de segurança** para o manuseio de produtos químicos e equipamentos pesados.

5.12. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as **normas ambientais** e de saúde pública, garantindo que os **resíduos gerados**, como lodo, gordura e detritos, sejam **descartados de maneira apropriada**, respeitando as normas locais de destinação e tratamento de resíduos.

5.13. A empresa deverá fornecer a documentação necessária para comprovar o **destino adequado** dos resíduos, caso seja exigido pela legislação ambiental.

Garantia de Qualidade dos Serviços

5.14. A empresa contratada deverá garantir a **qualidade** dos serviços prestados por meio da **monitoramento contínuo** da execução das atividades e da implementação de **procedimentos de controle de qualidade**.



5.15. Caso haja problemas no desempenho após a execução dos serviços, a empresa deverá fornecer **garantia** de que realizará a **reparação sem custos adicionais**, se a falha for comprovadamente devido a um erro na execução do serviço.

Relatórios e Acompanhamento

5.16. A empresa deverá apresentar relatórios detalhados e mensais à **Prefeitura de Parintins** sobre o andamento dos serviços, incluindo **inspeções realizadas, ações corretivas adotadas, produtos utilizados, equipamentos mantidos ou substituídos e resíduos removidos**.

5.17. A Prefeitura, por meio de suas Secretarias, terá a **responsabilidade de monitorar e avaliar a execução dos serviços**, podendo realizar auditorias ou inspeções para garantir que os serviços estejam sendo prestados conforme os padrões estabelecidos.

Regularidade Fiscal

5.18. A empresa contratada deverá estar em plena **regularidade fiscal e tributária**, apresentando todas as licenças e documentos exigidos para operar legalmente no município, como **certificados de regularidade junto à Receita Federal, INSS, FGTS**, entre outros, conforme as exigências legais e municipais.

Atendimento às Normas Legais e Regulamentações

5.19. **Autorização do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)** – Para operações que envolvem transporte e descarte de resíduos.

5.20. **Autorização da Vigilância Sanitária Municipal** – Para garantir a conformidade com normas de saúde pública.

5.21. **Alvará de Funcionamento** – comprova que a empresa pode operar legalmente no município, garantindo que está **regularizada junto às normas municipais**.

5.22. **Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA)** – Obrigatório para atividades potencialmente poluidoras e para o transporte de resíduos.

5.23. **Registro no Conselho Regional de Química (CRQ)** – Caso utilize produtos químicos no tratamento de água e esgoto.

5.24. **Atendimento à normas da CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente)** – Principalmente a **Resolução CONAMA 430/2011**, que estabelece condições para o lançamento de efluentes líquidos.

5.25. Declaração de que os funcionários estejam habilitados para o uso seguro de produtos químicos, como desinfetantes e desengordurantes, e capacitados para manuseio de equipamentos como jatos de alta pressão, bombas de sucção e desentupidores mecânicos.

Requisitos Legais

5.26. Aderência completa à Lei 14.133/2021 e outras normativas pertinentes ao processo licitatório e à contratação pública.

Sustentabilidade

5.27. Atendimento às normas ambientais e de segurança vigentes.

5.28. Garantir que os produtos utilizados sejam ambientalmente responsáveis e compatíveis com a legislação vigente.



Subcontratação

5.29. Não é admitida a subcontratação do objeto deste TR.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A Secretaria Municipal de Administração (SEMAP) será responsável pelo acompanhamento e gerenciamento geral da execução contratual, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos.

6.2. Cada Secretaria Municipal designará um responsável para gerenciar suas demandas específicas, atuando como ponto focal para solicitações e acompanhamentos dos serviços.

6.3. A SEMAP fará a distribuição, bem como a redistribuição das demandas, caso necessário, dando ciência tanto às empresas credenciadas quanto às secretarias demandantes, de acordo com os cronogramas enviados pelas secretarias que solicitarem o serviço, garantindo uma programação eficiente e organizada dos serviços.

6.4. O prazo para a realização de cada serviço não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da entrega do Despacho Autorizativo à empresa credenciada.

6.5. A empresa deverá atender prioritariamente às solicitações emergenciais ou de maior relevância, conforme determinação da SEMAP, especialmente em casos de alta demanda ou emergências.

6.6. Todos os serviços deverão ser acompanhados das seguintes documentações:

6.6.1. Guia de Solicitação de Serviço: Formalizada e assinada pelo responsável da Secretaria Demandante, especificando o serviço, justificativa, data, hora, local detalhado e **informações adicionais** relevantes para a correta execução do serviço, incluindo quaisquer exigências específicas.

6.6.2. Despacho Autorizativo: Emitido pela SEMAP após recebimento do cronograma, análise e aprovação da solicitação, validando o serviço a ser prestado.

6.6.3. Guia de Conclusão e Entrega do Serviço: Documento gerado ao término da execução do serviço, assinado pela empresa contratada e pela Secretaria solicitante, atestando a conformidade dos serviços prestados.

6.7. As notas fiscais deverão ser encaminhadas devidamente atestadas pelo gestor da pasta solicitante do serviço, acompanhadas das Guias de Solicitação de Serviço, Despacho Autorizativo e Guias de Conclusão e Entrega do Serviço, devidamente assinadas pelas partes envolvidas. Esses documentos são essenciais para a atualização dos saldos do serviço prestado.

6.8. Após a atualização dos saldos quantitativos, a SEMAP encaminhará às Secretarias Demandantes os saldos atualizados. Esse procedimento garantirá que as Secretarias tenham a informação precisa sobre os recursos e serviços disponíveis, permitindo o monitoramento eficaz das demandas e o planejamento adequado das futuras requisições de transporte, dentro dos limites orçamentários e quantitativos previamente definidos, sem ultrapassar os limites estabelecidos.

6.9. A empresa contratada será responsável por todas as ações necessárias para garantir a efetividade da execução dos serviços, cumprindo os prazos estabelecidos e atendendo às especificações contratuais.



7. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

7.1. O termo de credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do termo de credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do termo de credenciamento, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Administrativa

7.5. O fiscal administrativo do termo de credenciamento verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do termo de credenciamento atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do termo de credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7. O fiscal administrativo deverá enviar ao gestor do termo de credenciamento, por meio de ofício, todas as vezes em que houverem execução do serviço, relatório informando a adequação/ inconsistências apuradas em relação à documentação fiscalizada.

Gestor do Termo de Credenciamento

7.8. O gestor do termo de credenciamento será responsável por coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, garantindo o registro formal de todas as etapas da execução. Isso inclui documentos como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais. Além disso, deverá elaborar relatórios que avaliem a necessidade de adequações para assegurar que o termo de credenciamento continue atendendo aos objetivos da Administração.

7.9. O gestor monitorará os registros realizados pelos fiscais, assegurando que todas as ocorrências e medidas adotadas na execução do termo de credenciamento sejam devidamente documentadas. Caso sejam identificadas questões que ultrapassem sua competência, ele deverá encaminhá-las à autoridade superior.

7.10. O gestor deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, garantindo sua regularidade para fins de empenho e pagamento. Problemas que possam comprometer o fluxo normal de liquidação e pagamento deverão ser registrados no relatório de riscos eventuais.

7.11. Com base nos indicadores previamente definidos, o gestor emitirá um documento que comprove a avaliação feita quanto ao cumprimento das obrigações do credenciado. O documento deve mencionar



o desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas, sendo registrado no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.12. Sempre que necessário, o gestor deverá adotar as providências cabíveis para a formalização de um processo administrativo de responsabilização, visando à aplicação de sanções. O processo será conduzido pela comissão estabelecida no artigo 158 da Lei nº 14.133/2021 ou pelo setor competente.

7.13. O gestor deverá elaborar um relatório final com informações sobre o cumprimento dos objetivos que motivaram a contratação, além de propor eventuais ações para aprimorar as atividades da Administração.

7.14. Ao término do processo, o gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável pelo termo de credenciamento, formalizando os procedimentos de liquidação e pagamento conforme os valores apurados pela fiscalização e gestão.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Credenciada:

- 8.1.1. não atender as demandas acordadas;
- 8.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Faturamento

8.2. O credenciado emitirá faturas detalhadas para cada item entregue, indicando claramente as datas e os valores correspondentes.

8.3. O Contratante é responsável em verificar os materiais, situação em que ao identificar irregularidades o faturamento retornará para revisão por parte do credenciado, indicando de forma clara e objetiva os pontos inconsistentes para correção.

8.4. Não constatado qualquer irregularidade ou após a sua devida correção o processo de faturamento passará para emissão do empenho.

Liquidação

8.5. Após emissão do empenho, será exigido a emissão da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, no qual correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.6.1.o prazo de validade;
- 8.6.2.a data da emissão;
- 8.6.3.os dados do termo de credenciamento, empenho e do órgão contratante;
- 8.6.4.o período respectivo de execução do termo de credenciamento;



8.6.5.o valor a pagar; e

8.6.6.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o credenciado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Constatando-se a situação de irregularidade do credenciado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do credenciado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao credenciado a ampla defesa.

8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do termo de credenciamento, caso o credenciado não regularize sua situação. Prazo de pagamento.

8.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias, contados após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

2. Forma de pagamento

8.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO

9.1. Com base legal no artigo 78, inciso I e considerando que o presente objeto se enquadra nas hipóteses de credenciamento trazido no art. 79, I da Lei 14.133/2021:



“I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.”

9.2. Para atender à demanda contínua por serviços de serviço de limpeza de fossas sépticas, caixa d'água e cisterna, rede de esgotos, estações de tratamento da eta e ete, a contratação será por **procedimento de CREDENCIAMENTO** de empresas para prestação do serviço em Parintins. Esta contratação derivada do credenciamento está fundamentada no inciso IV, do artigo 74 da Lei 14.133/21, considerando a especificidade do objeto.

Condições para Credenciamento

9.3. Poderão requerer credenciamento empresas (pessoas jurídicas), que comprovem aptidão para executar o objeto deste credenciamento, apresentando documentos exigidos no Edital.

9.4. As empresas interessadas no credenciamento, deverão apresentar o Requerimento, anexo do edital, com todas as informações solicitadas.

9.5. O requerimento será válido durante a vigência do credenciamento, contados a partir da data estabelecida para a sua apresentação.

9.6. A empresa interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse.

9.7. A credenciada deverá manter, durante o período necessário, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no edital para credenciamento.

9.8. O requerimento deve ser identificada com o nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone de contato, e-mail, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, ser digitada em papel timbrado, ser datada e assinada por representante legal da proponente, conforme modelo constante no Anexo do edital.

9.9. O requerimento deverá conter a informação do objeto a ser fornecido pelo estabelecimento conforme consta em campo específico do Requerimento do Anexo do edital.

9.10. Serão consideradas para fins de credenciamento todas as empresas que atendam aos requisitos de qualificação técnica exigidos para o objeto, constante no Edital.

3. Da Habilitação

9.11. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 (noventa) dias.

Habilitação jurídica

9.12. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, na Junta Comercial.

9.13. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade.

9.14. Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: Inscrição do ato constitutivo na Junta Comercial, com documento dos administradores.

9.15. Sociedade empresária estrangeira: Autorização de funcionamento no Brasil, registrada na Junta Comercial da unidade federativa.



9.16. Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com documento dos administradores.

9.17. Filial, sucursal ou agência: Inscrição no Registro competente, com averbação na matriz.

9.18. Sociedade cooperativa: Ata de fundação, estatuto social e registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme a Lei nº 5.764/1971

9.19. Todos os documentos devem ser acompanhados das devidas alterações ou consolidação.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

9.21. Regularidade fiscal: Certidão da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cobrindo créditos tributários federais e Dívida Ativa da União.

9.22. Regularidade com o FGTS: Prova de cumprimento das obrigações.

9.23. Certidão de débitos trabalhistas: Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, conforme a CLT.

9.24. Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal: Relativa ao ramo de atividade e compatível com o contrato.

9.25. Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal: Comprovante da regularidade tributária no domicílio ou sede.

9.26. Isenção de tributos estaduais ou municipais: Caso aplicável, declaração de isenção pela Fazenda competente.

Habilitação Econômico-Financeira

9.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do credenciado – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando os **índices financeiros**: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser superiores a 1 em qualquer dos índices. Caso contrário, exige-se patrimônio líquido mínimo de 5% do valor da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo credenciado.

Qualificação Técnica

9.31. Atestado ou certidões fornecidas por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo de maneira satisfatória e a contento os serviços de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação.



9.32. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.

9.33. Consideram-se compatíveis os documentos que expressamente certifiquem que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preços apresentada nesta licitação.

9.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo (pelo menos 2), a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa prestadora do serviço.

9.36. A empresa prestadora do serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do termo de credenciamento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto credenciado, dentre outros documentos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CREDENCIADO

Obrigações do Contratante:

10.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto credenciado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo termo de credenciamento ou outros instrumentos hábeis.

10.2. Proporcionar ao Credenciado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

10.3. Notificar o Credenciado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Credenciado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais

Obrigações do Credenciado:

10.4. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto credenciado.

10.5. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

10.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

10.7. Manter, durante a vigência do termo de credenciamento ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, de imediato sempre que solicitado.

10.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.



10.9. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância do fornecimento eficaz, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. O credenciado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.536.567,00 (um milhão quinhentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e sete reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

12.2. A pesquisa de preços utilizada foi originalmente realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que está dentro do prazo de validade de até seis meses previsto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Dada a atualidade e a conformidade legal da pesquisa, optou-se por seu aproveitamento integral, garantindo alinhamento entre os documentos técnicos, economicidade processual e agilidade na tramitação administrativa. A pesquisa contemplou fornecedores do setor, considerou as especificidades técnicas do objeto, a realidade do mercado local e as variações sazonais de demanda, sendo plenamente suficiente para embasar a estimativa de custos da presente contratação, sem prejuízo à legalidade, à transparência e à efetividade do planejamento.

12.3. Para esta contratação, será utilizado como parâmetro o menor preço obtido nas cotações, justificado pelos seguintes motivos:

- 12.3 Razoabilidade e Economicidade: A escolha do menor preço visa garantir a melhor alocação dos recursos públicos, promovendo a economicidade, princípio fundamental da administração pública previsto no caput do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Quando os preços coletados são homogêneos e compatíveis com o mercado, a adoção do menor valor torna-se uma prática eficiente e vantajosa.
- 12.4 Compatibilidade com o Mercado: As cotações apresentadas mostraram-se consistentes e sem variações expressivas, o que demonstra que o menor preço coletado é exequível e está em conformidade com a realidade de mercado, especialmente no contexto local de Parintins. Nesse cenário, não há prejuízo à qualidade dos serviços, tampouco risco à execução contratual.
- 12.5 Aderência à Legislação e às Boas Práticas: A Lei nº 14.133/2021 admite a adoção do menor preço como critério válido para estimativa, desde que os preços estejam dentro dos parâmetros aceitáveis de mercado e a contratação observe os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 também não veda essa prática, desde que devidamente justificada e fundamentada.

12.4. Assim, a utilização do menor preço entre os orçamentos coletados como parâmetro para definição do valor estimado nesta contratação está alinhada à legislação vigente e às boas práticas de gestão pública, assegurando uma estimativa segura, realista e vantajosa para a Administração.



13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas deste processo ocorrerão por conta da dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade no ato que antecede cada aquisição. As informações estarão presentes no instrumento contratual.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Parintins/Am, 25 de março de 2025.

Planejamento,

Radija Carolina de Jesus Pinto Silva
Coordenadora Especial de Controle Interno
Portaria nº 035/2025 – CMRH/SEMAP

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às demandas da Administração.

Ednilson da Silva Albuquerque
Secretário de Administração
Decreto nº 015/2025 – PGMP

Autorizo na forma da Lei
(Lei nº 14.133/21)

MATEUS FERREIRA ASSAYAG
Prefeito de Parintins



MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eu, NOME DO REPRESENTANTE, CPF DO REPRESENTANTE, na qualidade de INDICAR REPRESENTAÇÃO, declaro, sob as penas da lei, que a PESSOA JURÍDICA XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na ENDEREÇO (Logradouro, nº, complemento, Cidade – Estado):

1. não foi declarada INIDÔNEA para contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e de suas alterações posteriores, bem como não foi suspenso e limitado o direito de licitar e contratar com qualquer ente da federação incluindo autarquias, fundações, dentre outros.
2. que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e/ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos da Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358, de 05/09/2002, observando o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
3. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
4. que não É e não possui em seu quadro societário servidor público ativo da Administração Pública Municipal de Parintins/AM.
5. ter conhecimento e estar de pleno acordo com as normas desta contratação, bem como que comunicarei à Administração Municipal qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade financeira.

Parintins/AM, XXXXXX de fevereiro de 2025.

Nome do representante (carimbo)
qualificação do representante



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAP
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

ANEXO II

MODELO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

ORDEM DE CREDENCIAMENTO N°: _____ (por extenso)

Ao Município de Parintins/AM,

O interessado abaixo qualificado, solicita seu CREDENCIAMENTO divulgado pelo Município de Parintins/AM, o objeto do presente credenciamento para Contratação de empresa para prestação de serviços limpeza de fossas sépticas, caixa d'água e cisterna, rede de esgotos, estações de tratamento da etá e etc, em atendimento a Prefeitura Municipal de Parintins e Secretarias Municipais.

Razão Social _____

CNPJ: _____

Endereço Comercial: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CADASTRO MUNICIPAL: _____

Parintins/AM, _____ de _____ de 2025.

(nome e identidade do representante legal)
(Carimbo da empresa)



ANEXO III

**MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E
DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

Razão Social:	
CNPJ:	
Representante Legal:	
CPF:	RG:
Endereço: Nº:	
Complemento:	
Cidade:	Estado:
Telefone: ()	Celular: ()
E-mail:	

Vem manifestar seu interesse no CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA D' ÁGUA E CISTERNA, REDE DE ESGOTOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ETA E ETE, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS.

DECLARA que:

- a) Satisfaz as exigências para Credenciamento e para realização da prestação de serviços especificados no Edital de Credenciamento e seus anexos;
- b) Concorda com todas as exigências e condições previstas no referido edital, comprometendo-se a prestar os serviços pelo valor de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**
- c) Possui recursos físicos, materiais e humanos, a serem disponibilizados para a execução dos serviços credenciados, inclusive os equipamentos necessários à realização desses;
- d) São verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste Credenciamento.

Parintins-AM, _____ de _____ de _____.
Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome



ANEXO IV

MODELO MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM E A PESSOA FÍSICA/JURÍDICA _____.

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° ____/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° ____/2025

CREDENCIAMENTO N° ____/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM, Estado do Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à _____ inscrito no CNPJ nº _____, neste ato devidamente representado pelo _____.

CONTRATADO(A): _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede à _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, portador(a) do RG nº _____ SSP/ e inscrito no CPF/MF nº _____.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto é: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA D' ÁGUA E CISTERNA, REDE DE ESGOTOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ETA E ETE, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. Para o presente Termo de Credenciamento será atribuído como serviços de natureza contínua, tendo como vigência inicial o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O VALOR GLOBAL para a execução do objeto deste Termo de Credenciamento será o valor vinculado ao orçamento para execução dos serviços durante o exercício, limitado a R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”, sendo que nos valores acima descritos já estão inclusos encargos sociais, impostos e contribuições.

3.2. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da *dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade no ato que antecede cada prestação de serviço, conforme dispõe o Art. 7º, §2º do Decreto Federal 7.892/2013*. As *informações estarão presentes na ordem de serviço, instrumento substitutivo do termo de credenciamento*.

3.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

3.4. O valor acima indicado é meramente estimativo, dependendo dos quantitativos dos serviços devidamente executados.



4. CLÁUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO E PENALIDADES

4.1. O presente Termo de Credenciamento fica vinculado as regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº ____/2025, ao Código Civil Brasileiro e a Lei 14.133/2021 e suas alterações.

5. CLÁUSULA QUINTA – CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DE AMBAS AS PARTES:

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1.1. Além das naturalmente decorrentes do presente instrumento e do Edital, constituem obrigações do CONTRATANTE:

5.1.2. Efetuar o pagamento do objeto deste instrumento à(o) CONTRATADO(A) observadas as condições e dos prazos pactuados; e

5.1.3. Manter contatos sempre formais com o(a) CONTRATADO(A), ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da situação, os quais deverão ser confirmados por escrito no prazo de 03 (três) dias úteis.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.2.1. Além das naturalmente decorrentes do presente instrumento e do Edital, constituem obrigações da CONTRATADA:

5.2.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas no objeto licitado.

5.2.4. Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução do objeto.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALIDADE E EFICÁCIA

6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para a solução de pendências oriundas deste instrumento contratual, não resolvidas pela via administrativa, elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Parintins, Estado do Amazonas, com renúncia de outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Termo de Credenciamento, de acordo com o artigo 90, da Lei nº 14.133/2021, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo nomeadas, dele extraíndo-se as cópias necessárias para sua aprovação e execução.

Parintins/AM, ____ de ____ de 2025.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAP
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.
Prefeito Municipal de Parintins/AM

RAZÃO SOCIAL
Representante
Contratado

GESTOR(A) DE CONTRATO

Nome
CPF nº:

TESTEMUNHA

Nome
CPF nº